

TÉCNICAS, CARACTERÍSTICAS E A IMPORTÂNCIA DO JORNALISMO INVESTIGATIVO NO LIVRO-REPORTAGEM *MATARAM MARIELLE*

Richard Vieira¹

Karina Woehl de Farias²

Resumo: este artigo analisa, por meio do livro-reportagem *Mataram Marielle*, a metodologia de trabalho de repórteres investigativos durante a apuração do caso e compara com técnicas e características do jornalismo investigativo já estabelecidas por autores como Fortes (2005) e Sequeira (2005). O estudo também ressalta a importância social do gênero jornalístico, demonstra de que forma o trabalho de repórteres nortearam as investigações envolvendo o assassinato da vereadora Marielle Franco e do seu motorista Anderson Gomes e revela como a imprensa precisou assumir, em alguns aspectos, o papel do Estado. Para apresentar tais afirmações, a pesquisa apresenta-se como exploratória, qualitativa, e se concentra em quatro recortes do livro. De maneira cronológica à ordem dos fatos, o primeiro trecho trata sobre a descoberta de filmagens onde ocorreu o assassinato por emissoras de TV. O segundo foca na indicação de um possível suspeito de participação no crime, após reportagem investigativa do *The Intercept Brasil*. O terceiro descreve o momento em que duas testemunhas esquecidas pela polícia são encontradas pelo *O Globo*. O quarto mostra como a imprensa desmontou uma farsa criada para incriminar um inocente. O estudo também se baseou em uma entrevista semiestruturada com uma das autoras do livro e repórter investigativa, Vera Araújo. Como resultado, a pesquisa verificou que o jornalismo investigativo conduziu as investigações em torno do caso e revelou um Estado omissivo com o assassinato de uma parlamentar.

Palavras-chave: Jornalismo Investigativo. Livro-reportagem. Marielle Franco.

1 INTRODUÇÃO

Marielle Franco, 38 anos, foi a quinta vereadora mais votada nas eleições de 2016 pelo Rio de Janeiro, com 46.502 votos válidos. Filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), a parlamentar presidiu a Comissão de Defesa da Mulher e foi relatora da intervenção federal no Rio de Janeiro. Era cotada também para disputar o cargo de vice-governadora, ao lado do vereador e colega de partido Tarcísio Motta.

¹ Graduando em Jornalismo, 2021. E-mail: richard-vieira@hotmail.com

² Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (UFSC), Mestre em Educação (UNESC), coordenadora e professora do curso de Jornalismo na UniSATC, em Criciúma/SC. E-mail fariaskaki@gmail.com.



De origem humilde, Marielle era “cria da Maré”, como ela mesma se intitulava, um complexo de favelas na Zona Norte do Rio de Janeiro, onde viveu com os pais. Aos 19 anos, foi mãe e passou a frequentar, em 1998, a primeira turma do curso pré-vestibular, criado na comunidade pelo Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm), onde mais tarde teve forte atuação.

Marielle também trabalhou fazendo lotada de passageiros em *Kombi*, além de ter sido camelô, assistente de creche, dançarina de *funk* e assessora parlamentar. Em 2002, conquistou a admissão, com bolsa integral, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC), onde se formou em Ciências Sociais. Cinco anos depois se envolveu também no trabalho da ONG *BrazilFoundantion*.

Em sua dissertação de mestrado em Administração, apresentada em 2014, pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Marielle criticou a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) nas favelas. Segundo ela, essa política tinha como objetivo “conter os insatisfeitos ou ‘excluídos’ do processo, formados por uma quantidade significativa de pobres, cada vez mais colocados nos guetos das cidades e nas prisões” (FRANCO, 2014, p. 17).

Além dessa bandeira, Marielle lutava em defesa dos moradores de áreas dominadas pela milícia no Rio de Janeiro. Também tinha forte atuação em favor da comunidade LGBTQIA+ e da manutenção e garantia de direitos das mulheres e da população preta e pobre. Assuntos que a levaram a manter acaloradas discussões no plenário.

No dia 14 de março de 2018, após sair de um debate sobre *Jovens Negras Movendo as Estruturas*, na Casa das Pretas, na Lapa, Zona Central do Rio de Janeiro, Marielle e seu motorista Anderson Gomes foram mortos a tiros dentro do carro, entre 21h e 21h30, enquanto retornavam para casa, a cerca de três quilômetros do local.

O ponto escolhido pelos assassinos, que estavam dirigindo um *Cobalt*, foi em frente a uma das saídas da estação Estácio de metrô. No local, havia pouca iluminação. A única sobrevivente do ataque foi a então chefe de gabinete da vereadora, Fernanda Chaves.

O crime ganhou repercussão internacional. Marielle teve sua foto exposta, em forma de homenagem, pelo governo de Paris, e seu nome batizou um jardim



suspensão na cidade. Ela também tornou-se nome de rua em Portugal e seu rosto foi desenhado pela artista Lucia Gonzalez no mural *Mulheres da Resistência*, em São Francisco, na Califórnia.

No Brasil também houve homenagens e pressão popular em torno do caso. Manifestantes protestaram segurando réplicas da placa de rua com o nome da vereadora e pedindo justiça pelo crime. Uma semana após o atentado ocorreu também um ato ecumênico em frente à Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, que reuniu milhares de pessoas gritando “Marielle vive” e protestando contra diversos políticos.

Apesar da ampla notoriedade do caso na mídia, nas redes sociais e nas ruas, as investigações não levavam à elucidação do assassinato. Sem respostas, repórteres investigativos se dedicaram ao caso e descobriram testemunhas não vistas pela polícia e tiveram acesso a documentos e filmagens importantes.

Entre essas iniciativas, pode-se destacar o trabalho do repórter e professor de Jornalismo na PUC-Rio Chico Otávio e da repórter investigativa em *O Globo* e advogada Vera Araújo. Juntos, eles investigaram o caso e escreveram o livro-reportagem *Mataram Marielle: como o assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes escancarou o submundo do crime carioca*.

A obra, publicada em 2020, reúne o passo a passo do homicídio duplo e seus desdobramentos, relaciona o *modus operandi* utilizado no crime com a milícia do Rio de Janeiro e mostra a atuação da polícia e de jornalistas, especialmente investigativos, no caso. Além disso, apresenta a história de Marielle e o seu legado.

No livro também são expostos quatro momentos em que o jornalismo investigativo foi decisivo para o caso. Um é quando as emissoras de TV descobrem filmagens das câmeras de segurança onde aconteceu o crime, antes da polícia. Outro ocorre com a publicação de uma reportagem investigativa pelo *The Intercept Brasil* que indicava uma possível participação de um suspeito no crime. O terceiro se dá quando *O Globo* localiza duas testemunhas esquecidas pelas autoridades. Por fim, o último revela a atuação da imprensa para desmontar uma farsa criada, com o objetivo de incriminar um inocente.

Portanto, a partir da análise desses trechos, assim como o conteúdo de uma entrevista semiestruturada com a repórter investigativa e autora da obra, Vera



Araújo, busca-se entender o seguinte **problema**: como o jornalismo investigativo norteou as investigações em torno do caso Marielle?

Com a finalidade de responder esse questionamento, o presente trabalho tem como objetivo geral relatar a contribuição do jornalismo investigativo para esclarecimentos em torno do assassinato de Marielle Franco e do seu motorista Anderson Gomes e, como objetivos específicos, identificar as técnicas e características presentes no trabalho dos repórteres investigativos; observar a importância social desse gênero jornalístico e perceber como a linguagem do livro-reportagem trouxe à tona informações sobre o caso e uma nova dimensão do assassinato.

Para atingir o propósito deste trabalho, desse modo, estipulou-se os seguintes procedimentos metodológicos: do ponto de vista da natureza, a pesquisa é básica; a abordagem do problema, qualitativa; da perspectiva dos objetivos, exploratória e com relação aos processos técnicos, bibliográfica e estudo de caso.

2 HISTÓRIA E DESAFIOS DO JORNALISMO INVESTIGATIVO

Os primeiros registros dessa prática no mundo são encontrados a partir do século 17. De acordo com historiadores, a primeira reportagem investigativa publicada, que se tem conhecimento, é a de Benjamim Harris. Nas páginas da edição única do *Public Occurences*, de Boston, nos Estados Unidos, o autor denunciou a ação violenta de indígenas norte-americanos, aliados dos britânicos, contra soldados franceses. Como consequência, segundo Nascimento (2010), as autoridades de Massachusetts cassaram a licença do jornal.

Outro exemplo, ocorrido em 1721 e também na capital do estado norte-americano, foi uma série de denúncias realizadas por James Franklin no jornal *New England Courant*. O texto, de acordo com Nascimento (2010), apontava erros de autoridades religiosas durante um programa de vacinação que espalhou varíola em vários bairros de Boston. Após outras reportagens com o mesmo cunho, Franklin acabou preso.

No ano de 1900, conforme Protess (1991, apud FRANSCISCO, 2019), o jornalismo de investigação ganhou estrutura e passou a se consolidar, deixando de ser apenas resultado de reportagens localizadas e eventuais. Sequeira (2005)



também afirma que os trabalhos mais conhecidos se encontram no cenário pós-Segunda Guerra Mundial a partir de 1955, sobretudo em solo norte-americano.

Segundo a autora, o período de 1964 a 1973, por exemplo, ficou conhecido pela quantidade de reportagens investigativas produzidas, devido à participação dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã. Na época, os jornalistas norte-americanos analisaram criticamente a atuação do governo e políticos nas páginas de revistas, como *Life* e *Look*.

Em 18 de junho de 1972, o gênero se consagrou, segundo Sequeira (2005, p. 12), e redefiniu “a imagem do ofício do repórter e o fazer jornalístico”. Dois jornalistas desconhecidos até então, Carl Bernstein e Bob Woodward, lançam uma série de reportagens políticas no diário *The Washington Post*, que mais tarde dá origem ao caso *Watergate*. A investigação dos profissionais levou à renúncia, dois anos depois das publicações, do presidente Richard Nixon, abalado diante da opinião pública. O caso envolvia a tentativa de instalação de aparelhos de escuta no comitê do Partido Democrata, localizado no edifício *Watergate*.

Enquanto isso, no Brasil, as redações enfrentavam a censura da ditadura militar, que limitava a produção de reportagens investigativas. Só em 1974, quando o general Ernesto Beckmann Geisel assume a presidência da República e inicia a abertura política, o jornalismo investigativo começa a ser praticado pela imprensa nacional, tanto que dois anos depois o *Estadão* publica uma série de três matérias, sob o título “Assim vivem os nossos superfuncionários”.

O conteúdo denunciava à sociedade brasileira a boa vida que ministros e altos funcionários da corte instalada em Brasília e nas capitais levavam com o dinheiro público. Na mesma época, em 1979, o repórter Antônio Carlos Fon produziu uma reportagem intitulada “Descendo aos porões”, tratando sobre a tortura em pleno governo Geisel, um tema até então proibido no Brasil, segundo Sequeira (2005).

Entretanto, o *boom* da investigação jornalística e a organização do método dentro das redações só ocorrem após o fim da ditadura militar, especialmente na Era Collor, entre 1990 e 1992. Os escândalos envolvendo o governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello resultaram em uma série de investigações financiadas pela imprensa. Fortes (2005, p. 10) considera o impeachment do político como “o marco zero do jornalismo investigativo no Brasil”.



Após alguns anos, mais um avanço na área investigativa é contabilizado, com o surgimento, em 2002, da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), vista pelo autor (2005, p. 10) como “um salto evolutivo nesse processo”, já que se trata de uma instituição de jornalistas desvinculada de interesses das empresas de comunicação. Outro fator que surge nesse mesmo período e contribui com as práticas investigativas é a informatização das redações. Segundo o autor (2005, p. 9), com as novas tecnologias tornou-se mais fácil apurar e obter dados e estatísticas, pois antes “os jornalistas tinham que se deslocar fisicamente às fontes, revirar registros, debruçar-se sobre planilhas”.

Em meio a esses avanços no jornalismo investigativo também surgem novos desafios aos profissionais da área. A facilidade e rapidez, trazidas pelas soluções tecnológicas, conduziram as empresas de comunicação a reformularem seus sistemas de trabalho, inserindo o conceito da alta velocidade de circulação de informações e exigindo assim que os jornalistas passassem a trabalhar na instantaneidade do sistema.

Apesar do cenário simplificar, de certo modo, a prática da investigação, como pontuado por Fortes (2005), por outro lado, comprometeu a produção de reportagens investigativas, tendo em vista que elas exigem, principalmente, tempo e dedicação do jornalista. Para Marcondes (2000, p. 36), o senso de urgência imposto dentro das redações também passou a requisitar outro perfil de profissional:

Jornalismo tornou-se um disciplinamento técnico, antes que uma habilidade investigativa ou linguística. Bom jornalista passou a ser mais aquele que consegue, em tempo hábil, dar conta das exigências de produção de notícias do que aquele que mais sabe ou melhor escreve. Ele deve ser uma peça que funcione bem, “universal”, ou seja, acoplável a qualquer altura do sistema de produção de informação.

Marcondes (2000, p. 44) também observa que, em virtude desse imediatismo, surge uma valorização por matérias curtas nas redações, e quando são maiores “estão contaminadas pelo processo, pois não são construídas linearmente do ponto de vista narrativo, mas pela aglutinação de fragmentos”. Dessa forma, Sequeira (2005, p. 42), também coloca que o leitor passa a ter dificuldade para compreender “a história que lhe está sendo narrada ao seu contexto social, político e cultural”.



Além dessas novas exigências, que, na visão de alguns autores, comprometem o jornalismo investigativo, há o alinhamento das empresas de comunicação com as necessidades do mercado. Segundo Dines (2013, p. 108), o gênero investigativo é abandonado a partir desse momento, porque preferiu-se “a linha ‘empresarial’, que consiste basicamente em informar sem comprometer-se”. Para o autor, sempre há “um grupo que prefere o conforto e segurança de um jornal poderoso e calado, às incertezas de um órgão que luta permanentemente para fazer valer a sua força” (2013, p. 109).

Contudo, o “golpe fatal”, segundo o pesquisador, contra o jornalismo investigativo no Brasil aconteceu quando os organismos públicos e privados organizaram seus próprios departamentos de informações. Na visão dele, essa estrutura “faz com que as fontes de informação se fechem ao invés de se abrirem para o trabalho individual de cada repórter, deixando apenas um guichê por onde são liberadas as informações que lhes convêm” (DINES, 2013, p. 109).

Diante dessas adversidades, uma alternativa à prática do jornalismo investigativo, portanto, se tornou o livro-reportagem. Sem limitações de espaço e com maior tempo para a elaboração, os repórteres investigativos passaram a recorrer a esse produto, principalmente, porque permite reunir o material coletado durante a apuração e mostrar o tema de maneira mais aprofundada.

Para Lima (2009, p. 4), a literatura, de fato, se constituiu como uma saída aos profissionais que querem tratar o jornalismo com profundidade, mas não encontram “espaço para fazê-lo no seu âmbito regular de trabalho, na imprensa cotidiana”. Esse aprofundamento do repórter no assunto, na visão do autor, é positivo, pois preenche os “vazios deixados pelo jornal, pela revista, pelas emissoras de rádio, pelos noticiários de televisão, até mesmo pela internet” (2009, p. 4).

Além disso, por meio da literatura, os jornalistas conseguem provocar a reflexão do público leitor, segundo Lage (2001, p. 139). “Livres de injunções, os repórteres se permitem explorar linhas de raciocínio divergentes e chegar a conclusões que, se não verdadeiras, pelo menos inquietam os bem-pensantes”.

Esse envolvimento do jornalista no livro-reportagem, na definição de Catalão (2010, p. 127-128), transforma-o em “repórter-autor”, porque o profissional assume um “trabalho de planejamento, coleta e elaboração das informações”, que posteriormente serão transmitidas a um público “potencialmente numeroso, difuso,



heterogêneo e não-especializado”. Na visão do pesquisador, trata-se de uma situação atípica na comunicação, já que nasce das “ideias, indagações, descobertas, interesses e valores de um autor específico”.

2.1 CONCEITUAÇÃO, MÉTODOS E IMPORTÂNCIA SOCIAL DO GÊNERO

Há divergências no meio acadêmico sobre o termo jornalismo investigativo. Para alguns autores, soa como redundante, pois toda atividade jornalística deve se basear na investigação. Márquez é um dos teóricos que defende essa ideia. Segundo ele, “a investigação não é uma especialidade da profissão, mas todo jornalismo tem que ser investigativo por definição” (1997, p. 46).

Coelho e Silva (2018, p. 82) discordam dessa visão. Os autores reconhecem que essa atividade jornalística compartilha dos mesmos valores do jornalismo diário e está sujeita a mesma lei e compromisso ético com a sociedade, no entanto, veem como “uma forma superior de jornalismo”.

A afirmação se dá por conta que esse gênero exige um maior envolvimento do repórter com o assunto a ser tratado, ou seja, nas palavras dos pesquisadores, o profissional precisa desenvolver “um método que conduza à produção de uma notícia sem mácula onde a prova seja à prova de bala” (2018, p. 82).

As autoras Bistane e Bacellar (2009, p. 61) acrescentam que o processo investigativo também exige “fôlego, paciência e apuração criteriosa”. Além disso, destacam a criticidade como a principal diferença do produto final dessa atividade: a reportagem. “O que difere as reportagens investigativas é o tom crítico”.

Já Fortes (2005, p. 10) considera o jornalismo investigativo “algo mais complexo, trabalhoso e perigoso” e que “exige talento, tempo, dinheiro, paciência e sorte”. Sequeira (2005, p. 15) acrescenta que o gênero se diferencia de outras atividades jornalísticas “pelo processo de trabalho do profissional e métodos de pesquisa e estratégias operacionais”.

Lage (2001, p. 138-139), por fim, define o gênero “como forma extremada de reportagem” e também entende “como um esforço para evidenciar misérias presentes ou passadas da sociedade, injustiças cometidas; contar como as coisas são ou foram e como deveriam ser ou ter sido”.

Além das divergências sobre o termo, outro ponto que provoca controvérsias no jornalismo investigativo é o vazamento de informações por autoridades, repasse



de descoberta por terceiros ou reprodução de algum tipo de revelação obtida por um investigador que, no caso, não seja um jornalista. Segundo Nascimento, nenhuma dessas práticas se enquadram no gênero. Ele acredita que o “jornalismo investigativo só existe quando há investigação e quando quem investiga é o repórter” (2010, p. 13).

Dessa forma, evita-se, sobretudo, o “denuncismo”, ou seja, a divulgação de uma informação que tem como finalidade comprometer a imagem de pessoas inocentes. Esse conceito é apresentado pelas autoras Bistane e Bacellar (2009, p. 61). Segundo elas, “a boa ‘denúncia’ apresenta provas irrefutáveis. Pode até ser questionada, mas nunca desmentida”.

Portanto, durante esse processo de investigação para não cair em armadilhas o jornalista precisa desenvolver técnicas e estratégias específicas, denominadas por Quesada (1987, p. 84, apud SEQUEIRA, 2005, p. 74) de “metodologia de trabalho”.

Já Fortes (2005) indica quais características os repórteres devem desempenhar no decorrer das investigações. Segundo o autor, é preciso de pesquisa minuciosa; paciência e concentração; insistência e perseverança; curiosidade e desconfiança; discrição; checagem; liberdade de preconceitos; frieza, objetividade e precisão; lealdade ao leitor; coragem e responsabilidade; respeito às fontes e clareza e simplicidade.

De maneira mais objetiva, Merino (2002, apud FRANCISCO, 2019) compara o jornalismo investigativo ao método científico tradicional. De acordo com o autor, há a obtenção de dados, análise da documentação, uso de diferentes metodologias e técnicas, formulação de problemas, hipóteses, inferências e obtenção de provas.

Sequeira (2005, p. 80) reforça que “cada reportagem investigativa é única e necessita de técnicas e metodologias próprias durante uma apuração” e também que cada repórter “é único, na sua forma de avaliar e se relacionar com as fontes”.

Fortes (2005, p. 35-38) corrobora com a visão da autora e diz que a reportagem investigativa “é fruto da apuração de um fato pelo repórter a partir de fontes diversas, documentais ou pessoais”. Segundo ele, nesse processo devem ser realizadas muitas entrevistas para “obter o maior número possível de informações, contrapontos, críticas, pistas e, sobretudo, contradições dentro da apuração”.



Sendo assim, as fontes de informação desempenham papel fundamental na investigação. No entanto, Sequeira (2005, p. 87) alerta para as intenções por trás desses depoimentos. “O repórter investigativo tem de trabalhar sempre com a possibilidade de a fonte estar mentido, por alguma razão que ele desconhece”.

Por isso, a autora destaca a importância da documentação durante a investigação. “O jornalista não pode denunciar uma situação só porque ela lhe parece corrupta ou incorreta, ou porque alguma fonte de informação lhe tenha sugerido” (2005, p. 93). Segundo ela, é obrigação do profissional “ter em mãos provas documentais e toda informação pertinente ao tema” (2005, p. 93).

Nilson Lage (2001) se encarrega de classificar as fontes de informação. Segundo ele, há as pessoais, institucionais e documentais, que podem ser divididas em oficiais, oficiosas e independentes e também em primárias, secundárias, testemunho e *experts*. As oficiais, de acordo com o autor (2001, p. 63), são mantidas pelo Estado, por empresas ou sindicatos e “tidas como as mais confiáveis e é comum não serem mencionadas [...]”. Porém, segundo Lage, “falseiam a realidade” e “fazem isso para preservar interesses estratégicos e políticas duvidosas, para beneficiar grupos dominantes [...]”.

Já as oficiosas estão ligadas a uma entidade ou indivíduo e não estão autorizadas a falar em seu nome. Protegidas pelo anonimato e suas informações publicadas em *off the record*, “são o veículo predileto para os balões de ensaio, anúncios feitos com o objetivo de medir reações e que, portanto, provavelmente não se confirmarão” (LAGE, 2001, p. 64).

Sobre o termo “fontes independentes”, o pesquisador diz que o jornalismo norte-americano o vulgarizou, aplicando para instituições sem fins lucrativos. Segundo ele (2001, p. 65), os representantes dessas entidades são “militantes treinados para ostentar fé cega naquilo que defendem - seja a preservação das baleias, seja a condenação de sexo entre adolescentes”.

O pesquisador também classifica as fontes em primárias, secundárias, testemunho e *experts*. Primárias, segundo o autor, são aquelas que fornecem o essencial aos jornalistas para uma matéria: fatos, versões e números. Já as secundárias são consultadas para a elaboração de uma pauta ou construção de premissas genéricas ou contextos ambientais. O testemunho viveu ou presenciou determinado fato e está contaminado pela emotividade. Nesse caso, “o testemunho



mais confiável é o mais imediato”, pois se apoia na memória de curto prazo (LAGE, 2001, p. 67). Quanto aos *experts*, segundo ele, são fontes secundárias, que apresentam versões ou interpretações de eventos.

Esse trabalho do repórter investigativo em colher informações em diversas fontes pessoais e documentais, assim como checar a veracidade desses depoimentos e materiais, se dá por um motivo: a busca pela verdade dos fatos. “O objetivo da investigação não seria uma verdade absoluta e inquestionável, mas o estabelecimento de uma opinião ou a fixação de uma crença” (SEQUEIRA, 2005, p. 71).

Para que isso ocorra, segundo a autora (2005, p. 67-72), cabe ao jornalista “apurar direito os fatos e dar-lhes sentido”. Nesse cenário, de acordo com ela, o repórter investigativo também deve ser “especialista na montagem de um quebra-cabeça, no qual as peças estão dispersas e alguém tenta mantê-las escondidas”.

Embora o jornalismo investigativo faça esse papel de evidenciar situações que grupos de poder tentam ocultar, a sua existência e prática depende de uma sociedade amadurecida e fortalecida democraticamente. Segundo Sequeira (2005), mesmo em sociedades democráticas há diferentes níveis de liberdade de imprensa e de transparência das instituições, determinando assim a profundidade e facilidade ou dificuldade de se desempenhar o gênero jornalístico.

No Brasil, por exemplo, essa atividade ainda apresenta dificuldade para cumprir a sua função social em uma dimensão almejada, pois, de acordo com Sequeira (2005, p. 110), “as instituições brasileiras, na maioria das vezes, não corrigem os erros apontados pelas reportagens investigativas”.

Diante desse contexto, conforme afirma o jornalista Frederico Vasconcelos em Sequeira (2005, p. 110), o jornalismo investigativo jamais deve assumir o papel de um Estado omissor:

Como a gente viveu durante muito tempo sob a ditadura, fica a imagem de que a abertura vem pela imprensa, mas essa não deve substituir a investigação policial, o papel do promotor, denunciando os erros sociais, nem o do juiz, no julgamento das mazelas sociais [...]. O jornalismo presta serviço, não tem a menor dúvida, denunciando o que não funciona nessas áreas, mas não pode substituir o Estado.

Sendo assim, na visão de Sequeira (2005, p. 112), o papel do jornalismo investigativo é de “desvendar as causas, origens de um acontecimento, sem nunca ficar limitado ao factual”. Segundo a autora, esse gênero também deve “driblar



lobbies e estratégias de marketing usadas por assessores de imprensa”, que tem como objetivo criar uma imagem positiva de grupos políticos, econômicos e sindicais, os quais eles representam, diante da sociedade.

Outra função do jornalismo de investigação, destacada por Sequeira (2005, p. 113), é de “seguir o rastro de histórias ou acontecimentos que, em determinado momento, foram notícias, mas acabaram saindo das páginas dos jornais”. Esse acompanhamento, segundo a autora, é importante para checar se os fatos, da maneira que foram divulgados, não apresentaram prejuízos à sociedade.

3 ANÁLISE DO LIVRO-REPORTAGEM *MATARAM MARIELLE*

Para observar a contribuição do jornalismo investigativo em torno do assassinato da vereadora e seu motorista, este trabalho analisou quatro trechos do livro-reportagem *Mataram Marielle*. A obra foi escrita pelos repórteres Chico Otávio e Vera Araújo e publicada em 2020, com o objetivo de reunir os acontecimentos sobre o caso em um único material.

Ao longo das 205 páginas, é possível compreender a história de Marielle, sua atuação política e o trabalho da imprensa e da polícia para a elucidação do atentado, assim como a estrutura e atuação do crime organizado carioca e de que maneira se associa com o assassinato da vereadora.

A literatura, portanto, como já afirmou Lima (2008), consegue preencher as lacunas deixadas pela imprensa, e, no caso específico da morte da parlamentar, brechas no decorrer dos últimos três anos, já que explora os fatos com uma riqueza de detalhes. Com isso, de acordo com Lage (2001), também permite ao leitor refletir em torno dos acontecimentos, já que os autores, além de uma série de informações, apresentam diferentes e divergentes linhas de raciocínio.

Dessa forma, *Mataram Marielle* assume um papel primordial na comunicação, sobretudo, porque reúne as principais iniciativas da imprensa, especialmente na área do jornalismo investigativo, que contribuíram com respostas acerca do assassinato. Em alguns momentos, como relatam os autores do livro sobre o assassinato de Mariele e o seu motorista, Otavio e Araújo (2020, p. 64), essas apurações nortearam o trabalho da polícia:

Com a dificuldade de obter informações acerca do andamento do caso Marielle, sob sigilo de justiça, alguns jornalistas intensificaram seu

trabalho. Por isso, em certos momentos, apurações tocadas pela imprensa é que motivaram iniciativas da DH da Capital, e não ao contrário.

Na teoria, este não deveria ser o papel do jornalismo de investigação. Segundo o jornalista Frederico Vasconcelos em Sequeira (2005, p. 110), o gênero “presta serviço, não tem a menor dúvida, denunciando o que não funciona nessas áreas, mas não pode substituir o Estado”. Porém, no caso Marielle, isso acontece por diversas vezes, como revela o livro-reportagem.

Sendo assim, este estudo, em busca de compreender a importância do jornalismo investigativo para o caso, fez um recorte e analisou quatro momentos, descritos no livro-reportagem, em que o trabalho da imprensa foi decisivo para o andamento das investigações. O **primeiro** é quando os repórteres de TV conseguem imagens das câmeras de segurança onde Marielle e Anderson foram mortos, antes da polícia. O **segundo** acontece após jornalistas do *The Intercept Brasil* descobrirem um suspeito de envolvimento no crime, que havia visitado a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro uma semana antes do atentado. Já o **terceiro** se dá a partir do momento que a repórter investigativa Vera Araújo encontra duas testemunhas “esquecidas” pela polícia. Por fim, o **quarto** ocorre quando a jornalista desmonta uma farsa criada para incriminar um inocente.

O critério de escolha dessas iniciativas da imprensa também se baseou em uma entrevista semiestruturada, via videoconferência, com a autora da obra e jornalista investigativa, Vera Araújo. Optou-se também por esse método de entrevista semiestruturada, pois permite combinar perguntas abertas e fechadas, promovendo assim respostas mais espontâneas do entrevistado, de acordo com Boni e Quaresma (2005).

De maneira cronológica, o **primeiro** momento a ser analisado é quando os repórteres de TV descobrem que, das 11 câmeras instaladas ao longo do trajeto da vereadora da Casa das Pretas até onde foi assassinada, apenas cinco estavam ligadas naquela noite e apresentavam baixa qualidade, já que eram utilizadas meramente para o monitoramento de trânsito.

Após a descoberta por parte da imprensa, a Delegacia de Homicídios da Capital (DH) iniciou uma varredura nas filmagens de todo o trajeto percorrido pelo carro da parlamentar, da Câmara de Vereadores até o ponto de ataque, a fim de identificar o veículo dos assassinos. No livro, Otavio e Araújo (2020, p. 62) criticam a atuação lenta do órgão, que passava por modificações, inclusive, no comando:



Tantas mudanças em tão pouco tempo tumultuariam o trabalho investigativo. A ponto de emissoras de TV conseguirem antes da polícia, por meio de órgãos como a CET-Rio (Companhia de Engenharia de Tráfego), imagens feitas pelas câmeras espalhadas na região do atentado.

A partir desse trecho, nota-se, além de um trabalho investigativo tumultuado por parte da polícia, a dedicação de jornalistas em buscar respostas para o assassinato, utilizando técnicas e estratégias específicas durante a apuração dos fatos. Para Quesada (1987), todo processo de investigação jornalística exige uma metodologia própria de trabalho.

Especificamente, nesse caso, os jornalistas levantam a hipótese de que as câmeras da região poderiam ter filmado as características do carro ou dos assassinos e até levá-los a uma pista mais relevante sobre o atentado. Então, entram em contato com a CET-Rio e obtêm as imagens dos circuitos de câmeras da região, antes da DH.

Portanto, verifica-se que os repórteres abrem mão de técnicas convencionais do jornalismo e criam suas próprias estratégias, com o objetivo de tentar descobrir o que aconteceu no dia do crime, sem se limitarem ao factual ou às informações que chegam das autoridades. Desse modo e com base na visão de Sequeira (2005), eles cumprem o papel do jornalismo investigativo.

Outra função desempenhada pelos jornalistas nessa iniciativa é a de denunciar à sociedade o abandono das câmeras de segurança na região. Sendo assim, eles apresentam mais uma contribuição social e reforçam a importância do gênero para a sociedade, porque, segundo Lage (2001), o jornalismo investigativo deve evidenciar situações que prejudiquem a população.

Durante a apuração dos jornalistas, também observa-se a presença de duas das diversas características, descritas como fundamentais na investigação por Fortes (2005), a curiosidade e a desconfiança. Além disso, a afirmação dos autores Coelho e Silva (2018) de que o jornalismo investigativo é uma maneira superior de jornalismo se evidencia nesse trecho, por conta da apuração não convencional dos repórteres, além das características investigativas.

Dois dias depois do crime contra a vereadora e seu motorista, outra iniciativa também é comandada pela imprensa e seguida pela polícia. Trata-se do **segundo** momento analisado neste artigo. Os jornalistas Sérgio Ramalho e Ruben Berta publicam uma reportagem no *The Intercept Brasil* revelando que, uma semana antes



do assassinato de Marielle, o ex-sargento do Corpo de Bombeiros e ex-vereador Cristiano Girão Matias esteve na Câmara de Vereadores.

Ele foi um dos 225 listados na CPI das Milícias, instaurada em 2008 pelo deputado estadual Marcelo Freixo, e que contou com o apoio da, então, assessora parlamentar dele na época, Marielle. Em 17 de dezembro de 2009, Girão foi preso por chefiar a milícia da Gardênia Azul, em Jacarepaguá, e, a partir de 2017, conseguiu liberdade condicional. “E, até onde se sabe, só voltara a pôr os pés na Casa naquele 7 de março de 2018” (OTAVIO; ARAÚJO, 2020, p. 65).

A informação da presença do ex-vereador na Câmara foi obtida pelos repórteres após terem acesso a uma imagem do rosto de Girão no momento em que ele se apresenta na portaria do local. Segundo Otavio e Araújo (2020, p. 65), “no livro de registros da Casa constava o seu nome como visitante, e sua entrada no prédio, por uma porta lateral, fora filmada por câmeras de segurança”. Além disso, Ramalho e Berta descobriram quais gabinetes o suspeito percorreu durante a visita.

Nesse trecho nota-se o desenvolvimento de técnicas investigativas específicas pelos jornalistas, como buscar por informações no antigo emprego da vítima e analisar se alguém com quem ela poderia ter tido desavenças visitou o local na época do crime. Também é possível observar que houve uma pesquisa minuciosa dos repórteres para saber sobre a vida do suspeito e, assim, descobrir se ele teria motivos para cometer o assassinato.

Dessa forma, pode-se afirmar que Ramalho e Berta desenvolvem métodos próprios de pesquisa e estratégias operacionais durante a apuração, como os apresentados por Sequeira (2005). Além disso, possuem em seu trabalho características investigativas defendidas por Fortes (2005), como pesquisa minuciosa, curiosidade, desconfiança e coragem.

Com o fim da apuração, os jornalistas publicam a reportagem, e na manhã seguinte os investigadores iniciam uma varredura no circuito interno de segurança da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, antes e depois do crime. Uma providência que, segundo Otavio e Araújo (2020, p. 65), “deveria ter sido tomada em seguida aos homicídios, acompanhada de um rastreio no gabinete da vereadora, que nem sequer fora lacrado”.



Sendo assim, por mais uma vez a imprensa sai à frente das investigações policiais e agora chega a um possível nome para o envolvimento no caso, que ainda está sendo investigado pelas autoridades:

Assim, por influência da reportagem e por constar da lista levantada pela CPI das Milícias (cuja elaboração contou com a participação de Marielle), Girão tornou-se um suspeito em potencial da execução da parlamentar (OTAVIO; ARAÚJO, 2020, p. 65).

Desde o início do assassinato, em poucos dias, já são observadas duas iniciativas da imprensa conduzindo o processo investigativo. De certo modo, isso é positivo, pois, segundo Lage (2001), cumpre seu papel social de evidenciar situações de injustiça e de mostrar a verdade dos fatos, como defende Sequeira (2005). Entretanto, por outro lado, assume uma função que seria do Estado.

Nessas duas iniciativas, tanto na reportagem investigativa quanto na divulgação das filmagens pelas câmeras de segurança, a apuração da imprensa se concentrou, especialmente, na consulta de fontes documentais, o que para Fortes (2005) é uma prática válida. Segundo o pesquisador, a reportagem investigativa deve ser resultado da apuração de um jornalista a partir de fontes diversas, sejam elas documentais ou pessoais.

No entanto, ele destaca a importância de se entrevistar o maior número de pessoas possíveis para haver contrapontos, críticas, pistas e, sobretudo, contradições dentro das investigações. Com isso, a denúncia apresentada na reportagem investigativa, na visão de Bistane e Bacellar (2009), pode até ser questionada, mas jamais desmentida.

A partir dessa análise dos autores, pode-se observar o trabalho da repórter investigativa do *O Globo*, Vera Araújo. Após uma semana do atentado contra a vereadora e seu motorista, ela visitou o local do crime e descobriu, inicialmente, uma testemunha esquecida pela polícia. Tratava-se de um senhor em situação de rua. Ele dormia na calçada no momento do ocorrido e observou as características de um dos suspeitos, assim como a rota de fuga deles e que a arma utilizada no crime tinha silenciador. A partir desse momento se dá o **terceiro** recorte desta pesquisa.

Vera, portanto, estava diante de um testemunho, como define Lage (2001), ou seja, de uma fonte que presenciou o fato, e essa testemunha está carregada de emotividade e se baseia em uma memória de curto prazo para relatar o que assistiu.



Por isso a importância de se entrevistar o testemunho em seguida ao ocorrido. O que acabou não acontecendo no caso.

Durante a conversa entre eles, o senhor confirmou uma informação que a jornalista já suspeitava sobre a arma, depois de entrevistar uma funcionária de um abrigo na região. “Tinha silenciador, sim! O som era abafado. Igual àqueles que a gente vê em filmes!” (OTAVIO; ARAUJO, 2020, p. 69). Com as informações que a jornalista colhia no local, novas pistas, contradições e fatos sobre o caso surgiam. Nesse momento, portanto, observa-se a importância das fontes pessoais para o trabalho investigativo, conforme já destacado por Fortes (2005) e Sequeira (2005).

A testemunha também deu detalhes à jornalista de como tudo aconteceu e revelou que um dos assassinos utilizava touca ninja preta e proteção no braço também de cor preta, conforme relatam Otavio e Araújo no livro (2020, p. 70):

“Foi tudo muito rápido. O carro dela quase subiu na calçada, pensei que viesse para cima de mim. O veículo do assassino imprensou o carro branco”, disse ele, levantando-se e apontando para o meio-fio, onde havia algumas marcas escuras de pneus. O homem que deu os tiros estava sentado no banco de trás era negro.

Além dessas informações, ele indicou à repórter a rota de fuga dos criminosos, diferente da versão apresentada pela polícia, e contou que na hora do crime uma moça atravessa a rua. Após mais três visitas à região, Vera encontrou essa segunda testemunha. Segundo Otavio e Araújo (2020, p. 71), “o que ela lhe contou coincidiu com o relato do sem-teto, como o fato do *Cobalt* escapar pela Joaquim Palhares”. Já a versão da polícia dizia que eles teriam fugido pela rua João Paulo I.

No trabalho investigativo da repórter, portanto, observam-se algumas características defendidas por Fortes (2005), como apuração criteriosa, paciência, checagem, desconfiança e insistência. A jornalista, por exemplo, mesmo obtendo informações inéditas sobre o caso com o morador de rua, preferiu confirmar os relatos com uma segunda fonte. A atitude é defendida por Sequeira (2005). De acordo com a autora, todo repórter deve desconfiar que a fonte está mentindo por algum motivo, o qual ele desconhece.

Outro ponto observado durante a apuração da jornalista foi a dificuldade em se obter informações com os funcionários de um posto de gasolina e pedestres da região. Em um dos trechos do livro (2020, p. 69), a situação é relatada. “Incomodava a repórter o fato de nenhum frentista ter ouvido os tiros”. A qualidade das câmeras



da região também dificultou a busca por respostas, já que a maioria apresentava problemas.

Dessa forma, a jornalista, nas palavras de Sequeira (2005, p. 67), precisou ser “especialista na montagem de uma quebra-cabeça, no qual as peças estão dispersas e alguém tenta mantê-las escondidas”. Também foi de responsabilidade da repórter apurar os fatos e dar sentido a eles, além de confrontá-los com as informações já levantadas pela polícia. Esse trabalho pode ser comparado ao método científico tradicional, apresentado por Merino (2002), em que há a obtenção de dados, análise da documentação, uso de diferentes metodologias e técnicas, formulação de problemas, hipóteses, inferências e obtenção de provas.

Após essa apuração criteriosa, a repórter publica no dia 1º de abril uma reportagem, sob o título: “O GLOBO localiza duas pessoas que viram o assassinato de Marielle e Anderson Gomes”. No entanto, a polícia ignora o conteúdo do material. Segundo o repórter Rubens Valente citado por Sequeira (2005), é uma prática comum das instituições brasileiras não reconhecer os erros levantados pelas reportagens investigativas, por isso se torna tão difícil que esse gênero jornalístico cumpra sua função social em uma dimensão desejada.

Posteriormente, a equipe da DH reconhece a veracidade da reportagem e busca pelas fontes. A mulher, que presenciou o momento do crime, por exemplo, participou da reconstituição do assassinato, na companhia de outras testemunhas, que só aconteceu em 18 de maio 2018. O morador de rua ficou de fora da ação da polícia, porque foi encontrado só 12 dias depois.

Nesse trecho, descrito no livro-reportagem, por mais de uma vez é possível observar a imprensa conduzindo as investigações e obtendo provas e pistas antes das autoridades. Prestigia-se esse trabalho de desvendar as causas e origens de acontecimentos. Segundo Sequeira (2005), é papel do jornalismo investigativo fazer isso. No entanto, como colocado por Vasconcelos na obra da autora, não deve substituir a investigação policial, que nesse caso é realizada meses após a descoberta da jornalista.

3.1 ENTREVISTA COM A AUTORA

Além de advogada, Vera Araújo é repórter investigativa em *O Globo*, com passagem pelo *Jornal do Brasil* e *O Dia*. Em 2005, revelou a existência de grupos



paramilitares na região de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, que extorquiam dinheiro de moradores, e os batizou de milícias. Pela reportagem, ganhou o Prêmio Especial Tim Lopes de Jornalismo Investigativo em 2009. Também recebeu o Imprensa Embratel (2003), o Esso Sudeste (2009), o Tim Lopes (2010) e o Troféu Mulher Imprensa (2012).

Esta pesquisa, com a finalidade de obter mais informações sobre as técnicas e características investigativas aplicadas pela jornalista durante o caso, além de compreender a importância social do jornalismo investigativo para o caso Marielle, realizou no dia 27 de setembro de 2021, via videoconferência, uma entrevista semiestruturada com a repórter.

Além de encontrar duas testemunhas do crime e obter informações inéditas, ela contribuiu em outro momento com o caso, que compõe o **quarto** recorte deste trabalho. Dois meses depois do assassinato, uma fonte-chave surge dizendo saber quem mandou matar Marielle. Tratava-se de Rodrigo Jorge Ferreira, conhecido como “Ferreirinha”. Ele era ex-policia militar e um dos braços direitos de Orlando Oliveira de Araújo, “o Curicica”, chefe da milícia nas imediações de Jacarepaguá.

Segundo Otavio e Araújo (2020, p. 88), “o PM relatou que Curicica queria ‘dar um fim’ na vereadora para atender a um pedido do vereador Marcello Siciliano, do PHS, colega de Marielle na Câmara”. Apesar de mais tarde se revelar uma farsa, de acordo com os repórteres, “naquele momento o depoimento de Ferreirinha teve grande impacto na DH”.

Com as declarações dele, por exemplo, Curicica foi transferido para a Penitenciária Federal de Mossoró, no Rio Grande do Norte, a mais de dois mil quilômetros de distância dos seus negócios. Os repórteres acreditavam, na época, que era uma estratégia de Ferreirinha para dominar a área do miliciano.

Desconfiada também da situação, a jornalista conta que ingressou com um pedido na Justiça para conversar pessoalmente com Curicica em Mossoró, porém foi negado. Então, ela o entrevista, com autorização do juiz, por meio de carta e recebe uma série de informações do preso, que origina um escândalo:

Nas respostas, Orlando detalhou as histórias apresentadas pelo Ferreirinha e contou que pagava a antiga equipe da DH. A partir daquele momento, ele coloca em xeque o trabalho da delegacia. Ainda não se tem uma definição, se os policiais que o Orlando apontou recebiam propina, porque é algo muito difícil de ser comprovar.



Na avaliação de Vera, portanto, a carta foi crucial para mostrar que Curicica não tinha relação com o crime. “Penso que, se a imprensa não tivesse questionado, talvez ele fosse apresentado como mandante”. Nos relatos de Vera, portanto, nota-se uma preocupação da repórter pela busca da “verdade jornalística” – um conceito defendido por Sequeira (2005).

Para atingir esse objetivo da investigação, a escritora adota preceitos básicos do gênero, como sempre desconfiar que a fonte possa estar mentindo por razões desconhecidas, conforme pontuado por Sequeira (2005). Além disso, utiliza características do jornalismo de investigação defendidas por Fortes (2005), como desconfiança e liberdade de preconceitos.

Segundo a repórter, essa metodologia de trabalho está presente em todas as suas investigações, assim como outras peculiaridades:

O meu método é observar e estudar o local, cruzar informações, pesquisar, buscar por câmeras e documentos. Especificamente, no caso Marielle, fiz o trajeto dela, fui até a Casa das Pretas, conversei com várias pessoas, inclusive com os assessores que trabalhavam na Câmara para saber se ela recebeu alguma ameaça, se ela estava mexendo com algum grupo de poder. Também pesquisei todos os projetos que ela havia apresentado.

Contudo, a jornalista pontua que “cada caso é um caso”. A afirmação corrobora com a visão de Sequeira (2005). Segundo a pesquisadora, cada reportagem investigativa é única e possui estratégias e técnicas específicas, que vão se diferenciar de outros gêneros jornalísticos.

Durante a entrevista, a repórter destaca também que sempre busca em seu processo de apuração consultar outras fontes, além das oficiais, que na definição de Lage (2001) são mantidas por Estado, empresas ou sindicatos e muitas vezes falseiam a realidade para manter os interesses de grupos dominantes:

Não gosto de comprar a “ideia” e as informações diretamente da polícia ou de qualquer fonte que seja. Gosto de fazer uma própria investigação paralela, obviamente, que tenho que ouvir também as autoridades. Mas sempre busco escutar outras pessoas. Com isso, consigo mais informações e não fico refém da polícia ou de qualquer outra fonte.

A declaração da repórter vai ao encontro do que Nascimento (2010) prega sobre jornalismo investigativo. Segundo o autor, este gênero só existe quando a apuração é de iniciativa do jornalista e tocada por ele, ou seja, vazamento de informações ou reprodução de alguma revelação por um investigador, por exemplo, não se encaixam.



Quando perguntada sobre o motivo da elaboração do livro-reportagem *Mataram Marielle*, em parceria com o repórter Chico Otavio, a jornalista relata que surgiu no decorrer das investigações. “Sobrava informação e tinha todo aquele bastidor. Tudo o que víamos e observávamos. Não tinha espaço e nem tempo para inserir tudo aquilo no jornal e no site, além de muitos detalhes que ficariam mais saborosos no livro”.

Nessa resposta de Vera, observa-se a dificuldade de repórteres em tratarem o jornalismo investigativo com profundidade na imprensa cotidiana, por falta de espaço e tempo, como explica Lima (2009). O livro-reportagem, dessa forma, segundo Sequeira (2005), torna-se uma oportunidade para os repórteres mostrarem todas as dimensões de um fato.

Outro obstáculo enfrentado pela repórter, assim como a imprensa em geral, foi de obter informações sobre o caso com as autoridades, em virtude da intervenção federal no Rio de Janeiro. “Na época, um general estava à frente da Secretaria de Segurança e não passava informação alguma, nem deixava o delegado passar”.

Sequeira (2005) pontua que a profundidade e facilidade ou dificuldade do jornalismo investigativo será determinada pela transparência das instituições e liberdade da imprensa. Vasconcelos em Sequeira (2005) alerta para que, nessa conjuntura, o jornalismo não assuma o papel de um Estado omissor. No caso Marielle, como já citado, isso ocorre.

A autora concorda com o pesquisador, entretanto, destaca a importância do gênero para as investigações. “Tinha que ser papel do Estado conseguir as informações. Mas vejo que se não fosse a imprensa cobrando e fazendo a sua própria investigação, o caso não tinha andado”.

Em alguns momentos, por exemplo, Vera e Chico tornaram-se fontes de informação, inclusive para as autoridades:

A partir do momento que começamos a ter tanta informação sobre o caso, eu e o Chico, as pessoas começaram a procurar por nós. O próprio delegado deu o braço a torcer - o primeiro da investigação. Ele queria saber o que já tínhamos coletado de informações.

Com isso, na visão de Catalão (2010), eles também se transformam em repórter-autor. Em uma declaração, a jornalista também parece carregar outra responsabilidade: a de elucidar o crime. “Até hoje parece que a Marielle está em



mim. Eu sinto que preciso resolver. Enquanto o mandante não for preso, esse sentimento vai permanecer”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da divergência entre os autores sobre o termo jornalismo investigativo, este artigo concluiu que de fato o gênero se sobressai em comparação ao tradicional, devido às técnicas e características utilizadas pelos repórteres e apresentadas por Fortes (2005) e Sequeira (2005), como apuração criteriosa, consulta em diversas fontes pessoais e documentais, cruzamento de informações, desconfiança, entre outras. Desse modo, é possível entender o jornalismo investigativo como uma forma aprimorada de fazer jornalismo.

No caso Marielle, isso é visto com clareza em diversos momentos, quando, por exemplo, os repórteres do *The Intercept Brasil* buscam por suspeitos no antigo emprego da parlamentar: a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, ou quando a jornalista Vera Araújo se desloca à cena do crime e encontra testemunhas esquecidas pelas autoridades. Nessas duas situações a apuração dos repórteres é similar ao trabalho da polícia.

Por isso, há uma linha tão tênue entre fazer jornalismo investigativo e exercer uma responsabilidade que deveria ser do Estado. Por vezes, no caso Marielle, a imprensa assumiu esse papel. Em tese, não deveria, mas se não tivesse feito, talvez as respostas para o crime ainda fossem mais distantes, ou como colocou a repórter Vera Araújo, o caso não teria andado. Portanto, é nítido que a imprensa conduziu as investigações em torno do assassinato e revelou um Estado omissivo.

Um instrumento importante para escancarar esse descaso foi o livro-reportagem *Mataram Marielle*, publicado em 2020. Os repórteres Chico Otavio e Vera Araújo conseguiram reunir na obra os desdobramentos do caso ao longo de dois anos, pontuar os erros durante as investigações e também mostrar as principais iniciativas investigativas da imprensa, além de revelar a força da milícia no Rio de Janeiro e como ela está estreitamente ligada à política.

Outro ponto alto do livro também é a riqueza de detalhes. Os autores se preocuparam em contextualizar cada trecho da obra, com histórias, pesquisas, relatos. Isso, além de preencher os vazios deixados pelos meios de comunicação,



como apontou Lima (2009) sobre os livros-reportagens, a obra certamente consegue proporcionar ao leitor uma visão mais ampla e crítica do caso.

Esta pesquisa quando iniciou uma das expectativas era que até a conclusão houvesse um desfecho do assassinato, mas a mesma pergunta que levou lá em 2018 e nos anos seguintes milhares de pessoas às ruas ainda se perpetua: quem mandou matar Marielle e por quê?

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Vera. **Entrevista com a repórter investigativa do O Globo** [setembro, 2021]. Entrevistador: Richard Vieira. Criciúma, 2021. Vídeo: formato via Google Meet.

BISTANE, Luciane.; BACELLAR, Luciana. **Jornalismo de tv**. São Paulo: Contexto, 2005.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política, Florianópolis/SC: UFSC, v.2, n.1, p.68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: Acesso em: 27 nov. 2010.

CATALÃO JUNIOR, Antonio Heriberto. **Jornalismo best-seller: o livro-reportagem no Brasil contemporâneo**. 2010. 252 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/103497>>. Acesso em: 24 de abril de 2021.

COELHO, Pedro; SILVA, Marisa T. da. O lucro social e financeiro do jornalismo de investigação. **Media & Jornalismo**, [S. l.], v. 18, n. 32, p. 73-94, 2018. DOI: 10.14195/2183-5462_32_6. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/2183-5462_32_6. Acesso em: 5 out. 2021.

DINES, Alberto. **O papel do jornal e a profissão do jornalista**. São Paulo: Summus, 2009.

FRANCISCO, Gustavo Ribeiro de. **Jornalismo investigativo na internet financiado e pautado pelo leitor: o caso do Reportagem Pública 2017**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Universidade Fernando Pessoa. Porto, p. 152, 2019. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/8461/1/DM_Gustavo%20Francisco.pdf>. Acesso em: 22 de abril de 2021.

FRANCO, Marielle. **UPP – a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 134, 2014. Disponível em: <



<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/2166/1/Marielle%20Franco.pdf> >. Acesso em: 23 de agosto de 2021.

FORTES, Leandro. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. 4. ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2009.

MARCONDES, Ciro Filho. **A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MÁRQUEZ, Gabriel Garcia. **Notícia de Um Sequestro**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

NASCIMENTO, Solano. **Os novos escribas**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2010.

OTÁVIO, Chico.; ARAÚJO, V. **Mataram Marielle: como o assassinato de Marielle Franco e Anderson escancarou o submundo do crime carioca**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

SEQUEIRA, Cleofe Monteiro de. **Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia**. São Paulo: Summus, 2005.